

Professores de espanhol insatisfeitos com prazos para correcção dos exames

Em comunicado, a Associação Portuguesa de Professores de Espanhol (APPELE) manifestou o seu desacordo quanto às condições em que decorreu, este ano, a correcção dos exames nacionais de Espanhol da primeira fase. A APPELE começa por manifestar o seu desagrado «relativamente aos constrangimentos criados pelo calendário fixado para a primeira fase de exames nacionais, no que se refere à prova de Espanhol, já que, determinando aquele o levantamento de provas a uma quinta-feira (dia 7 de Julho) e a sua devolução na segunda-feira seguinte (dia 11 de Julho), os professores correctores ficaram limitados para correcção das mesmas a um prazo de 48 horas».

O prazo concedido, de quinta a segunda-feira, tem de permeio um fim de semana. Estando os agrupamentos encerrados ao fim de semana, os professores não puderam realizar o seu trabalho de correcção no local de trabalho, ficando limitados a um prazo de 48 horas. A estas limitações juntou-se o facto de o «período de correcção [ter sido] consideravelmente reduzido para os correctores simultaneamente professores do regime nocturno, já que a correcção se realizou ainda em período lectivo e de reuniões de avaliação, um serviço do qual os correctores de provas de exame não podem ser dispensados».

Como se não bastasse a situação ainda se agravou pelo facto de os prazos de correcção coincidirem com os do concurso de afectação de professores o que não favoreceu a disponibilidade destes para nenhuma destas tarefas. A Comissão Executiva da APPELE lamenta ter existido este ano uma «manifesta falta de equidade relativamente aos prazos fixados para a correcção de provas de outras disciplinas». A Associação não aceita a menorização da disciplina de Espanhol e lembra a elevada complexidade e exigência que supõe a tarefa de correcção de exercícios de interpretação de textos e de expressão escrita contemplados em provas de Línguas vivas.

A sujeição dos professores a um prazo tão curto de correcção é considerada, no comunicado da Comissão Executiva da APPELE, «um grave desrespeito para com o trabalho dos correctores e uma ameaça à qualidade do mesmo». A APPELE espera que tal situação não se volte a repetir.